

Bom para quem? As reações à dendeicultura por contrato na Amazônia paraense

Good for whom? Dendeiculture reactions by contract in Amazon paraense

Paula Egyto Tavares^a

Dalva Maria da Mota^b

^a Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável,
Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
End. Eletrônico: egytotavares@hotmail.com

^b Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa Amazônia Oriental,
Belém, PA, Brasil
End. Eletrônico: dalva.mota@embrapa.br

doi:10.18472/SustDeb.v11n3.2020.31664

Received: 19/05/2020
Accepted: 30/11/2020

ARTICLE – VARIA

RESUMO

O artigo analisa as reações de aceitação e resistência à dendeicultura por contrato em Irituia. A pesquisa contou com a revisão de documentos e de dados secundários, e com a realização de 33 entrevistas com agricultores familiares produtores de dendê, um sindicalista e dois representantes de órgãos municipais. As principais conclusões mostram que as divergências persistem até os dias atuais. Os defensores a têm como uma opção para a melhoria de vida dos habitantes da região, sendo estes os agentes do governo estadual e um grupo de agricultores. Os críticos - interlocutores de órgãos municipais - e um grupo de agricultores, argumentam que a dendeicultura não se adequa à realidade local. Outro grupo de agricultores absorveu as críticas dos representantes dos órgãos locais e têm medo de aderir a uma nova atividade.

Palavras-chave: Dendê. Percepção. Agricultores integrados. Reações. Irituia.

ABSTRACT

This article analyzes the acceptance or resistance of contract oil palm cultivation in Irituia. Research was based on an analysis of documents and secondary data sources, and included 30 interviews with oil palm farmers, a farmers' union member and representatives of the municipal institutions. Research findings show that initial differences regarding the activity remain until today. Those who defend the activity cite the possibilities of improving the quality of life for regional residents; defenders include a group of farmers and state government agents. Critics, those from municipal institutions, argue that oil palm cultivation is not fitting to the local reality and a separate group of farmers absorbed these criticisms and are apprehensive regarding the new activity.

Keywords: Oil palm cultivation. Perception. Integrated farmers. Reactions. Irituia.

1 INTRODUÇÃO

O óleo vegetal extraído do fruto da palma de óleo (*Elaeis guineensis*, Jacq.) é de expressiva importância no mercado internacional e líder em comércio e consumo entre os óleos comestíveis (FOSTER et al., 2011). Indonésia e Malásia são os maiores produtores e, juntos, detêm 85% da fabricação mundial, que é destinada predominantemente à indústria alimentícia (ABRAPALMA, 2018; BORGES; COLLICCHIO; CAMPOS, 2016; FOSTER et al., 2011).

No Brasil, sob o incentivo de políticas públicas, o plantio de dendê triplicou nos últimos dez anos levando-o a ocupar a 5ª posição mundial com 236 mil hectares (ABRAPALMA, 2018). O estado do Pará é líder nacional em produção com 207.000 ha de área plantadas, localizados principalmente na mesorregião Nordeste do estado do Pará (NEP) na Amazônia (ABRAPALMA, 2018; BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018).

Com base na literatura e em dados secundários, Mota et al. (2019), aponta que a expansão da dendeicultura no Pará deu-se em três fases: a inicial, de experimentação, de 1988 a 1994, referente às primeiras iniciativas de adaptação dos cultivos promovidas por instituições de fomento à produção juntamente com os primeiros empreendimentos privados próximos à região metropolitana de Belém; a de consolidação, entre 1995 e 2009, quando os plantios localizaram-se no NEP com crescente aumento da produção; e a de expansão, iniciada em 2010, com forte intervenção do governo federal (recursos e pesquisas) e sob argumentos socioambientais e de inclusão social.

A partir de 2015, houve arrefecimento da expansão dos cultivos em decorrência da instabilidade política no Brasil, condições econômicas e de mercado desfavoráveis e ineficiência das políticas de agrocombustíveis que geraram preocupações quanto à competitividade e ao futuro da indústria brasileira de óleo de palma (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018).

Entre os estudiosos, há quem manifeste otimismo quanto à dendeicultura na Amazônia pelas condições naturais favoráveis às exigências edafoclimáticas do cultivo (JÚNIOR et al., 2004; KOHLHEP, 2010), a possibilidade de produção de agrocombustíveis (LEVERMANN; SOUZA, 2014), o acúmulo de experiências em virtude da cooperação entre a iniciativa pública e privada nas últimas décadas e a intervenção do governo federal¹. Argumenta-se também quanto ao menor preço do dendê quando comparado a outras oleaginosas pela quantidade de óleo produzida por ha e à geração de empregos e de dinamização da economia local (ALVES, 2011; BECKER, 2010). Assim, programas prevendo ocupar áreas desmatadas, e com o objetivo de inclusão social, buscam consolidar a posição do Brasil como potência agroexportadora e energética (ALMEIDA, 2010; BACKHOUSE, 2013; FERREIRA et al., 2016; MDA, 2014).

Em contraste, estudiosos indicam a tendência de concentração fundiária, conflitos no campo, risco ambiental sobre os corpos d'água, intenso uso de herbicidas, fungicidas e adubo (NAHUM; SANTOS, 2013) e diminuição de biodiversidade (LEES et al., 2015). Há também quem afirme que políticas públicas baseadas em argumentos de cunho socioambiental são utilizadas para apoiar estratégias de incorporação de novos estoques de terra ao mercado internacional de *commodities* e têm sido associadas aos fenômenos *land grabbing* (apropriação de terras) e *green grabbing* (apropriação verde) (BACKHOUSE, 2013).

Tal processo incide na transformação do acesso e uso dos meios de vida de produtores de base familiar que ali habitam e utilizam recursos naturais (GOMES; SILVA; MACEDO, 2016; GOMES; MAGALHÃES,

1 | Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB, Lei N°.11.097/05), lançado em 2004, possui como principal objetivo a inserção do biodiesel na matriz energética brasileira e contém objetivos voltados à questão ambiental e social (AZEVEDO, 2010; GEISBRECHT, 2013); Programa Nacional de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP, PLC 119/2013), lançado em 2010 no município de Tomé-Açu-PA; e o Selo Combustível Social (integrante do PNPB), com o qual o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) coordena políticas e incentivos para produção de dendê através de financiamento rural e assistência técnica, buscando, dessa maneira, garantir a inclusão social da agricultura familiar (ANDRADE; MICCOLIS, 2011).

2016) e podem ameaçar à insegurança alimentar. A compra, arrendamento, concessão e contrato de fornecimento de terras levam investidores corporativos a investir em cultivos que aumentem a oferta em mercados domésticos e globais para conseguir um retorno favorável ao investimento. A prática é antiga e tem por objetivo também o acesso a políticas públicas de crédito rural fortemente subsidiadas (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018).

Como analisado a expansão do monocultivo de dendê no NEP é permeada por controvérsias pelas diferentes visões quanto aos seus propósitos. Grupos divergem quanto à adequação do cultivo ao ecossistema e às necessidades dos agricultores familiares, enquanto outros veem a atividade como uma chance de melhoria de vida para eles. Nesse sentido, o artigo analisa as reações de aceitação e de resistência à dendeicultura por contrato em Irituia com a chegada da empresa Archer Daniels Midland Company (ADM) no ano de 2010².

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada, em 2018, por meio da abordagem qualitativa e de um estudo de caso (BECKER, 1994) com observações e levantamento de dados primários e secundários. A primeira etapa foi de consulta à literatura, documentos oficiais de políticas públicas e aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A segunda etapa foi a pesquisa de campo com 33 entrevistas com agricultores familiares que têm contrato de integração (36% do total de agricultores integrados à agroindústria de dendê em Irituia), dois representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma), uma da Secretaria de Agricultura (Semagri) e um do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Irituia e das Associações de agricultores familiares integrados à agroindústria do dendê³.

Para a sistematização dos dados, foi construído um quadro para viabilizar a análise de informações, de modo a comparar os principais conteúdos em todas as entrevistas, e os que mais se repetiam nos discursos. A interpretação dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo das entrevistas de forma horizontal e vertical (MICHELAT, 1987).

O campo de investigação é o município de Irituia, situado na zona fisiográfica denominada Guajarina, no NEP (Mapa 1) onde está situado o polo de produção do óleo de palma⁴ que abrange 37 municípios paraenses (CARDOSO; TOLEDO, 2014), dentre os quais, Irituia.

Em termos de valor de produção, a dendeicultura é a segunda atividade agrícola mais importante no NEP e atingiu o montante de R\$ 377.640 mil em 2018 – senda o açaí, a primeira com R\$ 1.750.806 mil (IBGE, 2018).

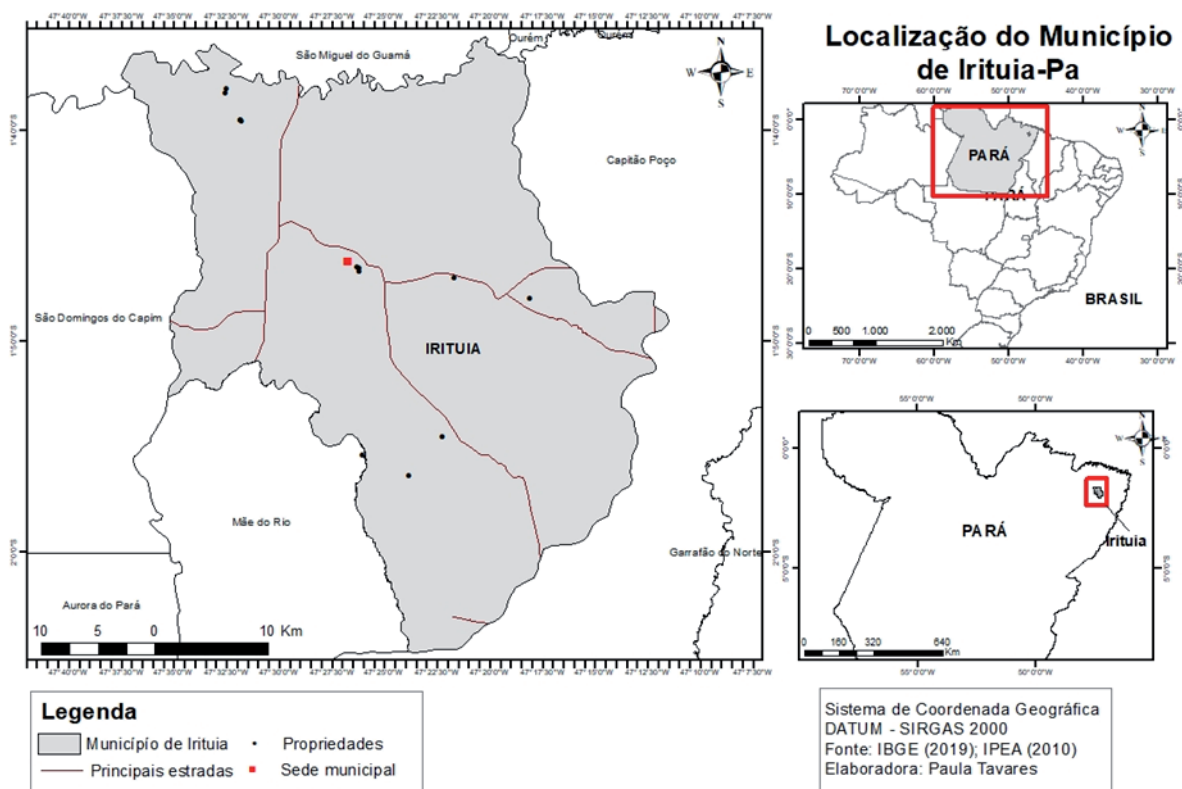
Em se tratando da dendeicultura, o município de Irituia ocupa a 12^o posição nacional na produção de dendê e a 11^o no ranking estadual em 2019 (IBGE, 2019). No ano de 2018, foram produzidas 23.205 toneladas, em uma área de 1.547 hectares (IBGE, 2018a) contando com 85 estabelecimentos familiares e 4 fazendas.

2 | A empresa norte-americana Archer Daniels Midland Company iniciou suas instalações no Brasil em 1997. No Pará, a multinacional possui terminal portuário no município de Barcarena e atua na comercialização e processamento de grãos; fabrica óleos vegetais, ingredientes e insumos para a indústria alimentícia e de nutrição animal e biodiesel (ADM, 2018) e aproveitou a ampliação do PNBp para a integração de agricultores familiares da região e para recuperar o Selo Combustível Social (GOMES; MAGALHÃES, 2016).

3 | Segundo Oliveira (2020) foram fundadas cinco associações para mediar a relação de agricultores integrados com a empresa ADM, quais sejam: a Associação dos Pequenos Agricultores Familiares da Vila Bangu; a Associação dos Agricultores Familiares Produtores de Palma da Região da Galileia, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; e a Associação dos Moradores e Agricultores Familiares de Igarapé-Açu de Baixo. Segundo Balieiro (2019), em 2015 foi fundada a Central das Organizações Sociais entre os Rios Guamá e Capim (Consergc).

4 | A mesorregião Nordeste Paraense foi considerada como o principal polo com potencial para expansão da palma de óleo pelas características favoráveis de clima, solo, disponibilidade de área, logística e também por contar com uma cadeia produtiva com bom avanço no processo de estruturação (SIQUEIRA, 2018).

Mapa 1 | Localização do município de Irituia e das propriedades entrevistadas



Fonte: IBGE (2019); IPEA (2010). Elaboração: Tavares (2020)

O município de Irituia possui área de 1.379,362 km², com uma população estimada em 32.504 habitantes, dos quais 80% residem na zona rural (IBGE, 2018b). A economia é baseada na agricultura diversificada- marcada pelo cultivo de produtos alimentares (mandioca, arroz, milho, feijão-caupi), cultivos semi-perenes e perenes (pimenta-do-reino, coco, laranja, banana, açaí, cupuaçu, graviola, taperebá, abacaxi, pupunha e mais recente o dendê).

A agricultura itinerante, denominada localmente de “corte e queima” para a produção de culturas anuais nas chamadas “roças” tem grande relevância em Irituia, juntamente com iniciativas de recuperação florestal (CAPANEMA, 2006; CARNEIRO, 2018).

Para além da agricultura, o extrativismo e o beneficiamento da madeira também são praticados e todas estas atividades envolvem agricultores familiares (MORAES, 2017; OLIVEIRA, 2006) segundo os seus diversos arranjos ocupacionais no exercício de atividades para garantir à reprodução social. Chama-se a atenção para o debate em torno da noção de agricultura familiar, reconhecida como categoria social e de ação política no debate acadêmico e nas políticas públicas (NEVES, 2002).

3 A CHEGADA DO NOVO: QUEM ESTAVA CONTRA E QUEM ESTAVA A FAVOR DA DENDEICULTURA NO MUNICÍPIO DE IRITUIA

No histórico da dendeicultura em Irituia, constata-se que a primeira etapa ocorreu por volta dos anos 2008-2009, com pesquisas de campo para verificar a potencialidade e viabilidade econômica, social e ambiental para a implantação dos cultivos na região do Polo Mãe do Rio⁵ (GOMES; MAGALHÃES, 2016).

5 | Trata-se de um conjunto de municípios integrados a uma empresa O polo Mãe do Rio agrupa os municípios de Mãe do Rio, São Domingos do Capim, Aurora do Pará e Irituia com a empresa ADM (Archer Daniels Midland Company) (GOMES; MAGALHÃES, 2016).

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) e a Empresa Eco Dendê⁵ foram as responsáveis por realizar essas tarefas (FAPESPA, 2011).

No ano de 2011, houve a consolidação de parcerias entre prefeituras, órgãos estaduais, instituições e empresas dendeicultoras nos municípios de São Domingos do Capim, Aurora do Pará, Irituia e Mãe do Rio (GOMES; MAGALHÃES, 2016). A Emater, por exemplo, firmou convênio de cooperação técnica com a prefeitura de São Domingos do Capim, com objetivo de “[...] ampliar e fortalecer a execução das atividades de assistência técnica aos [...] agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNBP)” (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa, 2011, n.p).

A penúltima etapa, realizada em março de 2012, consistiu em finalmente apresentar o Plano de Criação do Polo Mãe do Rio para o cultivo de dendê nos municípios de Mãe do Rio, São Miguel do Guamá e Irituia, com o objetivo de comunicar as comunidades locais sobre as ações concernentes à chegada da atividade e instalação dos plantios.

Neste momento, o projeto já estava com todos os procedimentos de negociações consolidados, tais como a pesquisa de campo, concretização de convênios e parcerias, inclusive o arrendamento de terras em fazendas de Irituia. Faltava somente a adesão dos agricultores familiares ao projeto, iniciativa com particular importância no contexto de valorização do Selo Combustível Social (SCS) e do prestígio atribuído às empresas que viabilizassem a inclusão social. As empresas que firmassem contrato com as famílias e comprassem a sua produção receberiam o SCS e, por meio deste, teriam tratamento tributário e acesso a financiamentos de forma diferenciada, com redução nos impostos PIS/Pasep e Cofins (ALMEIDA, 2011).

Em maio do mesmo ano, e como parte da última etapa, foram iniciados os plantios de dendê da empresa ADM nas fazendas alugadas nos municípios da região NEP (AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 2012; BIODIESEL BR, 2012; FAPESPA, 2011).

3.1 DENDÊ: UMA BOA OPORTUNIDADE?

A expansão da dendeicultura tornou-se uma política de estado e, por meio de ações governamentais, foram envolvidas instituições em programas de incentivo ao plantio (FERREIRA et al., 2016). As ações contaram com o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e com uma linha de crédito específica com condições de juros diferenciados (Pronaf Eco Dendê) para os agricultores familiares.

O aparato institucional provocou surpresas localmente e exerceram influência nas reações da população. Nahum e Santos (2016) relataram que na microrregião de Tomé-Açu, também no NEP, os simples rumores de que haveria a chegada da dendeicultura nos municípios de Moju, Acará, Tailândia, Tomé-Açu e Concórdia do Pará foi o suficiente para fomentar especulação imobiliária, fluxos de capital e mão de obra. Segundo os autores, antes que os plantios fossem estabelecidos nestes municípios, ocorreram mudanças na oferta de serviços no local, abertura de hotéis, supermercados, oficinas, lojas, etc., situação precedida pelo aquecimento do mercado de terras (em busca de áreas antropizadas).

Em Irituia, um grupo composto por representantes de órgãos estaduais apresentou discurso favorável ao plantio. Foram eles: o Governo do Estado, a Empresa ADM, a Emater, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), o Basa e alguns membros do STTR. Todos esses atores argumentavam pela importância da atividade para a melhoria da qualidade de vida; pela oportunidade de trabalho e renda para os agricultores familiares; e estruturação de uma cadeia produtiva com desenvolvimento econômico para o estado. Ademais, os investimentos das políticas públicas contribuiriam para que surgisse interesse do setor privado no cultivo. O sucesso da empresa Agropalma, um dos maiores e mais modernos complexos agroindustriais de dendê no estado do Pará, também chamou atenção desse público (REBELLO, 2012).

Para representantes de instituições públicas, a dendeicultura representaria a dinamização das economias locais “[...] com a aquisição de insumos, combustíveis, mudas, serviços de mecanização agrícola, salários etc., que refletem na melhoria da qualidade de vida das pessoas” (Luiz E. Barros Feio, superintendente regional do Basa no Pará, 2012, n.p) e também pela:

A importância da chegada de projetos de óleo de palma ao Pará vem ao encontro dos anseios dos agricultores familiares que buscam melhor qualidade de vida e trazem ao estado o desenvolvimento econômico, integrando atividade de caráter permanente ao meio rural. (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ, 2012, n.p).

Para além da economia, foram indicados os méritos da atividade quanto ao uso de áreas consideradas já degradadas (CARDOSO; TOLEDO; VIEIRA, 2014). Durante a apresentação do Plano de Criação do Polo Mãe do Rio para cultivo de dendê no NEP, os prefeitos e secretários municipais foram orientados, pelo então secretário estadual de meio ambiente do Pará, a incentivar o plantio entre os agricultores familiares, pois se tratava de uma solução viável para a melhoria das condições de vida de suas famílias. A mesma afirmativa pode ser encontrada em entrevistas concedidas pelo secretário:

É muito interessante do ponto de vista econômico, sendo uma das atividades produtivas que melhor remuneram a terra, além de utilizar muita mão de obra, tanto no plantio quanto na época de safra [...] Acreditamos que o estado do Pará tem um potencial enorme para a disseminação dessa cultura de maneira sustentável e ao mesmo tempo rentável. (AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 2012, n.p).

As empresas, por sua vez, motivadas pelos incentivos estatais, utilizaram diferentes estratégias para garantir matéria-prima, recursos públicos e mão de obra necessária para o processo produtivo, beneficiando-se da integração agroindustrial.

Durante a reunião com os agricultores, a empresa apresentou a dendeicultura como uma oportunidade de bom retorno econômico e possivelmente menor penosidade do trabalho em relação à roça. Para um agricultor ficou claro que: *“pois, (o dendê) só se planta uma vez e depois fica cuidando”*. O discurso, junto à insatisfação com a lavoura de mandioca e a expectativa de melhoria de renda, convenceu alguns agricultores familiares a assinarem o contrato com a agroindústria, conforme o depoimento: *“Disseram [Emater e Eco Dendê] que era uma coisa muito boa. Que vinha pra ajudar muito. Os meus filhos já tinham visto em outros lugares e disseram que era muito bonito e era bom”*. (G. P., 68 anos, agricultor de Irituia, 2018).

Na época, o diretor do STTR do município foi favorável à dendeicultura, e incentivou os agricultores a participarem de uma reunião promovida pela Emater e a Eco Dendê na sua residência, com a presença de 25 a 30 agricultores interessados em assinar contrato com a empresa ADM. Sob o otimismo desses atores, o dendê tornou-se sinônimo de esperança e melhoria de vida compatíveis com as promessas de desenvolvimento e inclusão social, oportunidade de emprego e aumento de renda para comunidades rurais (BRASIL, 2010; RAMALHO FILHO et al., 2010). E, assim, o dendê adentrou as áreas de agricultores familiares.

3.2 CONTRÁRIOS À DENDEICULTURA AFIRMAM: DENDÊ NÃO É BOM!

Na fase de instalação dos primeiros plantios de dendê, em 2013, ocorreram discordâncias entre os representantes do governo estadual e municipal e membros da Igreja Católica. Entrevistados afirmaram que os órgãos municipais e os agricultores contrários não tiveram oportunidade de expor suas demandas para que a política pública pudesse atender melhor às necessidades relativas aos problemas agrícolas enfrentados localmente. Para os integrantes desse grupo, a dendeicultura é mais um projeto que “chegou pronto”, pensado de “cima para baixo” para atender os objetivos do Estado e da empresa, gerando descontentamento e resistência por parte da população.

Houve uma reunião em São Miguel [do Guamá]. Estava a ADM, Faepa, prefeitura, Sagri e eu. O Secretário de Estado da época disse que o dendê era a solução, e a orientação era que os prefeitos incentivassem as secretarias a concordarem [com o plantio] e mandarem os agricultores plantarem [dendê] [...] na reunião, a ADM chegou e disse que iam plantar! Que já tinham adquirido as terras [por meio de arrendamento] e iam plantar! (Técnico da Semma)

Representantes municipais afirmaram conhecer melhor a realidade da população e que a dendeicultura não foi um projeto pensado para suprir tais necessidades, portanto, não teria sucesso no município. Silva e Navegantes-Alves (2017) já haviam indicado que o processo de expansão da dendeicultura em Irituia foi bastante conflituoso, uma vez que a empresa ADM não dialogou com as instituições e organizações sociais locais.

A chegada do novo sempre traz preocupação. Uma forma encontrada de se proteger do desconhecido é a resistência, e existem várias formas de manifestá-la, dentre as quais, a fala entre conhecidos. Exercitou-se ali a chamada resistência cotidiana (SCOTT, 2002), na qual não há confronto direto com o opressor, mas grupos de agricultores se negaram a participar das reuniões e a aderir aos plantios, uma vez que não os consideravam de seu interesse.

Segundo entrevistados, entre os representantes da Igreja e de órgãos municipais difundiu-se a notícia de que a atividade não era apropriada à realidade local, o que fortaleceu o receio e a desconfiança em relação à empresa e uma nova cultura. Em jogo, o que seria bom ou ruim para o desenvolvimento local. Os agricultores também tinham medo de perder as terras e não conseguiram pagar o financiamento.

Marise Reis (2005) estudou o reflexo dos boatos na estratégia dos opositores para desarticular e enfraquecer um projeto. No caso da dendeicultura, os opositores se apresentavam como interessados no bem-estar da comunidade e, no intuito de desencorajar aqueles que tendiam a assinar o contrato:

Teve muita resistência, por parte dos próprios agricultores. Quem não queria plantar criticava o projeto. Foi necessário fazer uma associação só para os agricultores de dendê porque na que já existia os membros [cuja maioria não aderiu ao contrato] não deixavam tratar dos assuntos do dendê nela. Teve resistência dos vizinhos porque não conheciam e não sabiam se o dendê ia afetar a terra deles, teve da Igreja que dizia que não era bom. (E. J. C. P., 39 anos, agricultor e presidente da Associação da Comunidade Galiléia, 2018).

A rede de atores contrários fomentava o sentimento dos agricultores que tinham desconfiança quanto à dendeicultura e os incentivava a reivindicar outras demandas para resolver problemas já existentes no município, tais como a podridão radicular das raízes de mandioca, que afeta 80% dos agricultores entrevistados. Tal problema interfere na produção e acarreta em prejuízos aos agricultores e à economia municipal, conforme afirmou um técnico da secretaria: “Temos vários agricultores que reclamam de não conseguir plantar mandioca como antes porque ela apodrece [...]”. (Técnico da Semma, 2017).

De acordo com os técnicos, o viável seria o investimento na solução de problemas já existentes e na expansão de Sistemas Agroflorestais (SAFs), pois os quintais possuem importância tanto para a diversidade no consumo quanto na venda dos produtos agrícolas, além de recuperar áreas degradadas. Um técnico afirmou “Eu acho que tinha que investir em SAFs porque tem que pensar que é uma coisa que os agricultores sabem fazer, podem produzir o próprio alimento e vender. (Técnico da Semagri, 2018).

A Igreja Católica também se mostrou contrária à implantação da dendeicultura, o que causou receio em parte dos agricultores, dividindo opiniões desse grupo em relação ao cultivo. As falas do pároco eram baseadas em experiências vividas em outros municípios. De acordo com o sindicalista entrevistado:

O padre da época não deixou fazer as reuniões na igreja. Eu tive que fazer na minha casa. Quando a empresa chegou aqui, chamando o pessoal, o padre já havia colocado medo no pessoal todinho

dizendo que isso [dendê] não era bom. Se não fosse isso, estava muito melhor a situação do dendê aqui em Irituia. (Atual diretor do sindicato, 2018).

Os relatos contrários ao plantio de dendê coincidem no fato de que a dendeicultura não se faz viável para os agricultores, seja pelo modelo de produção diferente do qual eles estão acostumados a lidar, seja porque esse grupo não participou das discussões sobre a implantação dos plantios ou por acharem que existem projetos melhores para o município e para a sua população.

4 A DENDEICULTURA SOB INTEGRAÇÃO EM IRITUIA

A integração consiste em um sistema estabelecido por meio de contrato entre a indústria (integradora) e o agricultor (integrado), na qual os agricultores integrados se comprometem a produzir determinada matéria-prima que será adquirida e beneficiada pela agroindústria (AQUINO, 2013; PAYÉS, 1993; ZIEBERT; SHIKIDA, 2004). Enquanto sistema, a integração teve relevância nas décadas de 60 e 70, quando ocorreram três grandes processos referentes ao agronegócio brasileiro: o início do monocultivo como sistema de produção, o agronegócio como discurso político empresarial e a integração dos agricultores familiares ao monocultivo como relação social, processo caracterizado pelo fornecimento regular de matéria-prima pelos agricultores e a cotação dos preços pela indústria (DELGADO; CONCEIÇÃO, 2012).

Oliveira (1980) afirma que no sistema de integração ocorre o processo de subordinação dos agricultores familiares em relação as empresas, primeiro pela dependência para adquirir os insumos para a produção, e posteriormente para comercialização do produto. Posteriormente, Paulilo (1990) analisou que entre as partes contratantes, estabelece-se uma relação assimétrica em que uma delas (o agricultor) tem, simultaneamente, consciência crítica e aceitação sem, entretanto, ver outra alternativa considerando que a integração corresponde ao desejo de ter mercado garantido, assistência técnica e crédito, indisponíveis para as demais culturas.

Essa relação é comumente criticada por autores que indicam que os agricultores familiares são afetados negativamente. No caso da dendeicultura, as empresas têm obrigações com os agricultores como assinatura de contratos, capacitação, assistência técnica e compra da matéria prima produzida. Porém, estudos apontam problemas decorrentes pelos efeitos sócio econômicos e ambientais negativos como volume de trabalho, contaminação de igarapés e perda da soberania (GOMES; SILVA; MACEDO, 2015; CASTRO; CASTRO, 2015; FERREIRA, 2016). Vieira (2015) destaca também o endividamento dos agricultores familiares junto aos agentes financeiros.

4.1 “COOPTAÇÃO” E INTEGRAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES ÀS AGROINDÚSTRIAS

O processo de integração no município de Irituia iniciou por uma ação denominada de “cooptação” de agricultores, que consiste no mapeamento daqueles hábeis à integração. A empresa ADM contou com os serviços de uma intermediária, a Eco Dendê e da Emater para realizar reunião nas localidades. Devido à resistência em relação à atividade, os agricultores favoráveis reuniram-se na residência de um sindicalista na comunidade Itabocal. A reunião contou com 25 a 30 agricultores interessados em assinar contrato com a empresa ADM e garantir o plantio.

Para ser apto, era necessário atender a uma série de pré-requisitos, incluindo as condições de acesso ao crédito do Pronaf Eco Dendê (não ter restrições bancárias) e um estabelecimento com 25 hectares, visto que, destes, cerca de 10 hectares seriam para o plantio de dendê (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018). Foram então realizadas visitas aos agricultores para a avaliação das condições sociais e da estrutura de seus estabelecimentos, ocasiões nas quais se observou aspectos como: existência de reserva legal, as culturas e seus rendimentos, facilidade de acesso à estrada e distância da usina da

empresa, possibilidade de formação de aglomerados de agricultores, disponibilidade da mão de obra familiar, idade do agricultor que pretendia assinar o contrato, número de filhos e familiares adultos que moravam nos imóveis, capacidade financeira de manejo e cultivos (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018; GUEDES, 2014).

A etapa subsequente tratou da documentação do imóvel. Era necessário possuir o título definitivo, documento de compra e venda ou comodato, a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) com renda anual superior a R\$ 20.000 e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) com ZAE-Palma. Esses são documentos que normalmente os agricultores não possuem, motivo pelo qual a empresa, em articulação com as organizações responsáveis, viabilizou com rapidez a sua emissão (BRANDÃO; SCHONEVELD, PACHECO, 2018; GUEDES, 2014).

Como parte da estratégia de convencimento, os agricultores foram levados para conhecer os plantios de agricultores familiares integrados à Agropalma, em Tomé-Açu. Denis Araki, biólogo da empresa Eco Dendê afirmou que ocorreram reuniões com várias associações rurais para a apresentação do projeto de implantação do Polo de Produção do dendê e que seria também realizado o intercâmbio, entre agricultores que fossem selecionados, para conhecer o processo e o funcionamento da cadeia produtiva da oleaginosa nesse município (FAPESPA, 2011).

Em Irituia, 91 agricultores assinaram o contrato em 2013. No momento da pesquisa, entretanto, havia 85 integrados, de acordo com informações da Semma. A diminuição desse número decorre do abandono dos plantios por algumas famílias que não conseguiram manter as exigências do cultivo e da relação contratual.

Dos agricultores integrados entrevistados, 97% são do sexo masculino e apenas 3% do feminino. 43% estão na faixa etária entre 60 e 70 anos, 40% entre 40 e 50 anos e 17% têm até 30 anos. As famílias têm em média quatro integrantes. Em se tratando dos estabelecimentos, 75% são proprietários e 25% trabalham em terra cedida por familiares como pai, mãe e irmãos. O tamanho médio dos lotes é de 44 hectares e as áreas ocupadas com dendeais variam entre 2,5 a 10 hectares (12% têm 3,3 hectares, 38% têm 5, 17% têm de 6 a 8,5; e 33% têm 10 hectares). Apesar da exigência inicial de 10 hectares para plantio de dendê na fase de triagem, a empresa permitiu áreas menores, porque era pequena a quantidade de agricultores que se mostrou interessada, afirmou um dos agricultores (N. R. A., 59 anos).

4.2. AS NOVAS CISÕES ENTRE AGRICULTORES INTEGRADOS: (IN)SATISFEITOS

Passados seis anos da assinatura do contrato de integração para a produção de dendê, novas percepções foram construídas segundo as experiências que vivenciam. Dentre estas, privilegiaram-se aqui dois grupos.

SATISFEITOS E ESPERANÇOSOS

Neste grupo, situam-se os agricultores (34%) cujas apreciações correspondem aos principais argumentos utilizados durante a “cooptação”, o que demonstra como o discurso da empresa influenciou na sua decisão no momento de assinatura do contrato. Como em outros casos, deve-se também considerar a situação de vulnerabilidade social vivenciada e a insatisfação com a cultura da mandioca e o preço baixo da farinha. Segundo um agricultor: “Para mim o dendê foi uma salvação, estou muito satisfeito porque senão fosse isso, nós ainda estávamos pensando com a mandioca! É bom, mas tem que fazer tudo direitinho [...]” (R. M. L., 29 anos, agricultor, 2018). Para outro:

Eu digo que não fui eu que achei o dendê, foi o dendê que me achou [...]. Eu abracei o dendê como se fosse minha tabua de salvação, eu estava desiludido com a mandioca [devido ao apodrecimento e baixo preço de mercado], aí estava passando o dendê e eu me abracei nele, era a única opção que eu tinha. (A. M. M., 45 anos, agricultor, 2018).

Relatos semelhantes foram encontrados no estudo de Silva e Navegantes-Alves (2017), em que os agricultores afirmam que optaram por produzir dendê por se tratar de uma alternativa estabelecida por contrato, em que se garante a compra e por ter o apoio da assistência técnica da empresa. As condições citadas são inexistentes para os demais pela insuficiência de políticas públicas e serviços para outros cultivos.

Em experiências em Bungo, na Indonésia, foi possível verificar semelhanças nessas afirmativas, no qual o grande interesse na implantação de dendê foi a esperança de uma fonte regular de renda que garantisse saúde e educação, e maior poder aquisitivo no tocante a bens materiais (RIST; FEINTRENIE; LEVANG, 2010).

Em suma, analisando os depoimentos destes entrevistados e estudos correlatos, percebe-se que o dendê se tornou uma “tábua de salvação”. Uma parcela dos agricultores (34%) que consegue manter o plantio segundo o itinerário técnico defende a atividade e relata os primeiros sinais de rendimentos econômicos. Eles alegam que quando o plantio é bem cuidado, seguindo todas as recomendações, a colheita tem bom rendimento. Além disso, há a garantia de venda da produção, razões que atenderam suas expectativas e lhes proporcionam o sentimento de satisfação.

Ainda não estamos adaptados com ele [o dendê], temos que deixar tudo para poder focar só nele, aí sim [...]. Porque aí você vai só colher, faz a “brocada” lá, colhe e vai botando para a empresa. Olha, o dendê mais antigo aqui da região já está com sete anos, e os cachos já estão dando 25 kg, já sai cacho todo dia que não dão nem conta de colher. Então, esse tanto de dendê que temos aqui significa uma aposentadoria para minha família. (A. B. C., 61 anos, agricultor de Irituia, 2018).

O relato acima demonstra a satisfação do agricultor com o dendê e reforça os dados encontrados por Mota et al. (2019), que mostram que 53% de seus entrevistados estão satisfeitos como produtores e com os ganhos. A satisfação dos agricultores está relacionada à obtenção de renda, colheita quinzenal, mercado garantido e o acesso a serviços como crédito e assistência técnica.

A situação encontrada em Irituia era de uma agricultura com muitas carências em termos de assistência técnica, desmotivações devido aos problemas nos plantios tradicionais, principalmente da mandioca, dificuldades de venda da produção e baixo retorno econômico.

PREOCUPADOS E TEMEROSOS

A maioria dos agricultores (66%) relatam insatisfações em trabalhar com o dendê. Eles argumentam que não conseguem manter o ritmo de trabalho, principalmente aqueles que dispõem apenas da própria mão de obra e da esposa. Em consequência, sentem-se temerosos e preocupados com o financiamento que devem pagar no futuro próximo.

O que levou o Sr. a plantar dendê? – Muita conversa dos técnicos! Eles contaram muita mentira. Eu disse pra eles, que eu só fiz porque eles disseram uma coisa e agora é outra. O dendê só serve pra quando o cara é novo e a família é grande. Porque quando a pessoa é sozinha pra trabalhar lá, não aguenta. E tem que ter dinheiro, pra mandar limpar. (J. S. L., 41 anos, agricultor de Irituia, 2018).

Outro agricultor afirmou:

Só no vermelho e não dá para cobrir as necessidades [...] Trabalhava com uma coisa e foram empurrados para trabalhar em outra. Os recursos que vem não dá. Pessoas que eram para estar na frente estão esmorecidas. Era para ter um reflorestamento. Na campanha da fraternidade eles estão debatendo os recursos. Muitos estão usando agrotóxicos inadequados para o meio ambiente e para a nossa saúde. (V. R. C., 64 anos, agricultor, 2018).

Nas observações realizadas em campo e nos depoimentos coletados constatou-se que há dendezais abandonados e carentes de tratamentos culturais. Outra situação é que seis entrevistados interromperam as colheitas após a ocorrência de incêndios provocados, segundo eles, pela abertura de roças de vizinhos.

Mota et al. (2019) também relatam esta insatisfação. Em seu estudo, 25% dos agricultores afirmam estar insatisfeitos como produtores de dendê e com seus ganhos, e 19% descrevem se sentir insatisfeitos particularmente por serem produtores. Em todos os casos analisados, despontaram insatisfações com o volume do trabalho, assistência técnica e com os rendimentos auferidos. Outro fator de frustração é a falta de melhorias na infraestrutura de suas comunidades, objeto de promessa nas reuniões de “cooptação” em se tratando de educação, saúde, estradas e segurança.

Se fosse hoje eu não plantava. Na época eu plantei porque a firma veio com uma promessa muito boa e eu assinei. O gerente conversou muito bonito, prometendo mundos e fundos [manutenção, trator], aí eu plantei. Mas se fosse hoje eu não tinha assinado. (J. F., 52 anos, agricultor de Irituia, 2018).

Brandão; Schoneveld; Pacheco (2018) elaboraram uma tipologia com dados de produção de três principais empresas que produzem dendê no Pará e concluíram que a maioria dos agricultores (54.8%) não atendem às expectativas de produtividade das empresas. Os autores indicam riscos de ruptura com a atividade, consequentemente, a possibilidade de inadimplência com o financiamento.

Por fim, pode-se perceber que desde o início, a atividade foi cercada de controvérsias. Os diferentes grupos se dividem em posições contrárias e favoráveis ao plantio, resultando em momentos de resistência e aceitação à atividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo analisam-se as reações de aceitação e resistência à dendeicultura por contrato em Irituia-PA. O processo de implantação da dendeicultura foi controverso, com divergências entre diferentes atores. A atividade dividiu opiniões entre o apoio do Estado (secretarias e sindicatos) e a oposição de entidades representativas locais (Igrejas, membros dos sindicatos contrários). Também houve dissensos entre os agricultores, que, em parte, se mostraram favoráveis, movidos pelo sentimento de esperança com a melhoria de renda, e outros que optaram por não assinar o contrato, devido, entre outros motivos, ao medo diante da atividade desconhecida. Com tais divergências, conclui-se que não obstante o pertencimento a categoria de agricultores familiares e afiliação a uma mesma instituição sindical, as percepções e opções divergem segundo as condições objetivas, compreensões e expectativas.

O Estado, a empresa e o sindicato, por meio de seus representantes, foram os maiores interessados na implantação da atividade e, não obstante, as suas especificidades, entoaram o mesmo discurso quanto a geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida dos agricultores e dinamização da economia local. Esse discurso foi determinante na construção de expectativas por parte dos agricultores somado às frustrações em relação às culturas com as quais trabalham e a possibilidade de ter assistência técnica, crédito bancário e comercialização garantida.

Se na fase inicial, os agricultores que aderiram ao contrato para à integração expressavam as mesmas expectativas, após o plantio e as primeiras colheitas, as opiniões divergem, muito embora a esperança permeie as suas falas em face das dificuldades vividas com a mandioca e outros produtos. Assim, um terço dos entrevistados expressa satisfação (chance de uma nova atividade, renda e periodicidade de colheita), enquanto dois terços não possuem o mesmo sentimento (produção abaixo do esperado, trabalho árduo e falta de mão de obra) com registro de abandono de dendezais.

Como conclusão geral, as reações de aceitação e de resistência à dendeicultura por contrato são dinâmicas e variaram nas diferentes etapas (da divulgação à produção). Não obstante, permitem concluir que há desproporcionalidade entre os discursos iniciais e as práticas posteriores. Problematizar os modelos de integração e de produção com grandes campos monocultores e a dependência de um único comprador, vislumbra-se como urgente, particularmente com o envolvimento das representações dos agricultores.

REFERÊNCIAS

- ABRAPALMA. Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma. **Retrospecto e projeções da palma de óleo no Brasil 2018 – 2019**. Abrapalma: Belém, 2018. Disponível em: <http://www.abrapalma.org/pt/wp-content/uploads/2018/12/Resumo_Relatorio_2018-2.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- ADM. Archer Daniels Midland Company (Brasil). **Negócios**. 2018. Disponível em: <<https://www.adm.com/adm-worldwide/brazil-pr/produtos-e-servi%C3%A7os>>. Acesso em: 14 out. 2018.
- AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS (Brasil). Polo de plantação de dendê será implantado no nordeste paraense. **Acessoria Contábil**, 28 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.ctassessoriacontabil.com.br/2012/03/polo-de-plantacao-de-dende-sera-implantado-no-nordeste-paraense/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- ALMEIDA, J. de P. Programa nacional de produção e uso do biodiesel. In: ALMEIDA, J. de P. **Biodiesel o “óleo filosofal”**: desafios para a educação ambiental no caldeirão do “desenvolvimento sustentável”. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 18-45.
- ALVES, S. A. O. **Sustentabilidade da agroindústria da palma no Pará**. 2011. 161 f. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.
- AQUINO, S. L. de. Contrapondo interpretações de agricultores e pesquisadores sobre possíveis problemas ambientais causados pelo cultivo de eucalipto. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 28, p. 127-143, jul./dez. 2013.
- AZEVEDO, A. M. M. **Análise top-down e bottom-up de um programa de inovação tecnológica na área de energia: o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)**. 2010. 331f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- ANDRADE, R. M. T.; MICCOLIS, A. Policies and institutional legal frameworks in the expansion of Brazilian biofuels. **WorkingPaper 71**. CIFOR, Bogor, Indonésia. 2011.
- BACKHOUSE, M. A desapropriação sustentável da Amazônia. O caso de investimentos em dendê no Pará. **Fair Fuels?** WorkingPaper 6, Berlin, v. 1, n. 6, p. 1-32, jun. 2013.
- BALIEIRO, M. L.. A ação coletiva sob influência da dendeicultura: um estudo de caso sobre a Central das Organizações Sociais entre os rios Guamá e Capim (CONSERGC). 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- BECKER, H. **Observação social e estudos de caso sociais**. Métodos de pesquisa em ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1994. 117-135.
- BECKER, B. K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? **Confins**, Paris, n. 10, [s.p.], 2010
- BODIESELBR (Brasil). ADM inicia plantio de palma no Pará. **Biodieselbr**, 10 mai. 2012. Disponível em: <<https://www.biodieselbr.com/noticias/materia-prima/dende/adm-inicia-plantio-palma-para-040512>>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- BORGES, A. J.; COLLICCHIO, E.; CAMPOS, G. A. A cultura da palma de óleo (*Elaeis guineensis* Jacq.) no Brasil e no mundo: aspectos agrônômicos e tecnológicos - uma revisão. **Revista Liberato**, Novo Hamburgo, v. 17, n. 17, p. 65-77, 2016.

BRANDÃO, F.; SCHONEVELD, G.; PACHECO, P. **Integração da agricultura familiar à cadeia da palma de óleo na Amazônia brasileira: análises e recomendações**. Infobrief n. 207, Março. CIFOR. 2018.

BRASIL. **Programa nacional de produção e uso de biodiesel** - Inclusão Social e Desenvolvimento Territorial. Brasília: Qualidade Gráfica, 2010. 48 p.

CAPANEMA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Diagnóstico e planejamento de desenvolvimento do território rural do Nordeste paraense**. Capanema: Fanep, 2006.

CARDOSO, A. S.; TOLEDO, P. M. de; VIEIRA, I. C. G. Dimensão institucional da sustentabilidade e gestão ambiental no município de Moju, Pará: uma aplicação do Barômetro da Sustentabilidade. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 117-135, jan. 2014.

CASTRO, R. A.; CASTRO, E. M. R. As monoculturas e a sustentabilidade: análises de três regiões do Brasil. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 228-248, jun. 2015.

DELGADO, G. C; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Políticas de preços agrícolas e de estoques de alimentos. In: Revista de política agrícola. Ano XIV – Nº 3 – Jul./Ago./Set. 2005.p, 98-103

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. Emater assina convênio para a produção de dendê em São Domingos do Capim. **Fapespa**, 24 jan. 2011. Disponível em: <<http://fapespa.pa.gov.br/noticia/466>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

FERREIRA, V. A. et al. Os fatores de repercussão da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 39, n. 1, p.173-188, dez. 2016.

FOSTER, W. A. et al. Establishing the evidence base for maintaining biodiversity and ecosystem function in the oil palm landscapes of South East Asia. **Philosophical Transactions Of The Royal Society B: Biological Sciences**, [s.l.], v. 366, n. 1582, p. 3277-3291, out. 2011.

GOMES, D. L; SILVA, F. C; MACEDO, C. O. “**EXPANSÃO TERRITORIAL DO DENDÊ E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO NORDESTE PARAENSE**” CAMINHOS DE GEOGRAFIA - Uberlândia v. 17, n. 57 Mar/2016 p. 191–200

GOMES, L. S.; MAGALHÃES, S. B. Agricultores integrados do dendê e questões relativas ao sistema de produção no PA. **Terra Nova**, Mangaratiba, 2016. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2016/05/30/agricultores-integrados-do-dende-e-questoes-relativas-ao-sistema-de-producao-no-pa-terra-nova-por-lucinaldo-soares-gomes-e-sonia-barbosa-magalhaes/>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

GUEDES, A. C. F. **Adesão das famílias camponesas à produção da palma de óleo nos municípios de Moju e Concórdia do Pará**: estratégias de parceria das empresas Agropalma e Biopalma. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Lavouras permanentes**. IBGE: Rio de Janeiro, 2018a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/pesquisa/15/11863>>. Acesso em: 12 out. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama das cidades**. IBGE: Rio de Janeiro, 2018b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/irituia/panorama>>. Acesso em: 17 out. 2018.

KOHLHEPP, G. Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 223-253, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142010000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2019.

LEES, A. C. et al. Poor prospects for avian biodiversity in Amazonian oil palm. **Plos One**, v. 10, n. 5, 2015. Acesso em: Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4425670/>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

LEVERMANN; R. A.; SOUZA, J. P. M. Óleo de palma: o crescimento da indústria global. **Agroanalysis**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 13-15, 2014. Disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/storage/2014/2/index_20.html#page=14>. Acesso em: 1 mar. 2019.

MDA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

O que é o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)? Brasília: MDA, 2014. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-biodiesel/o-que-%C3%A9-o-programa-nacional-de-produ%C3%A7%C3%A3o-e-uso-do-biodiesel-pnpb>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MORAES, M. H. C. S. **Agrobiodiversidade dos quintais e socioeconomia dos agroecossistemas familiares da cooperativa d'Irituia**. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais - Manejo de Ecossistemas Florestais) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, PA, 2017.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; GOMES, D. L.; SILVA, G. O. da. Does oil palm contract farming improve the quality of life for family farmers in the Brazilian Amazon? In: JEZEER, R.; PASIECZNIK, N. (ed.). **Exploring inclusive palm oil production**. Tropenbos International: Wageningen, the Netherlands, 2019. p. 78-84.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. dos. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades Tradicionais na Amazônia Paraense. **Acta Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p. 63-80, 2013.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **As novas ordens alimentares**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, v. 1, 2018.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 58, p. 5-64, 1980.

OLIVEIRA, J. S. R. **Uso do território, experiências inovadoras e sustentabilidade**: um estudo em unidades de produção familiares de agricultores/as na área de abrangência do programa PROAMBIENTE, Nordeste Paraense. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Centro de Ciências Agrárias, Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

OLIVEIRA, K. E. H. de. **A ação coletiva de agricultores familiares integrados à dendeicultura**: um estudo de caso na Associação dos Moradores e Agricultores Familiares da Região do Igarapé-Açu de Baixo, em Irituia- Pará. 2020. 120 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria**: consensos e dissensos. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990. 184 p.

PAYÉS, M. A. M. **O empresário familiar rural**: integração à agroindústria de fumo e diferenciação. 1993. 255 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

RAMALHO FILHO, A. et al. **Zoneamento agroecológico, produção e manejo para a cultura da palma de óleo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010. 216 p.

REBELLO, F. K. **Da lenha ao óleo de palma a transformação da agricultura no nordeste paraense**. 2012. 321 f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2012.

REIS, M. B. **Arengas & Picicas**: reações populares à Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Amazonas. Belém: Sociedade Civil Mamirauá; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2005. (Estudos do Mamirauá, v. 6).

RIST, L.; FEINTRENIE, L.; LEVANG, P. The livelihood impacts of oil palm: smallholders in Indonesia. **Biodiversity and Conservation**, v. 19, n. 4, p. 1009-1024, 2010.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SILVA, E. M.; NAVEGANTES-ALVES, L. de F. Transformações nos sistemas de produção familiares diante a implantação do cultivo de dendê na Amazônia Oriental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 1, n. 40, p. 345-364, abr. 2017.

VIEIRA, A. C. C. **“A integração camponesa ao monocultivo de dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico”**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2015

ZIEBERT, R. A.; SHIKIDA, P. F. A. Avicultura e produção integrada em Santa Helena, Estado do Paraná: uma abordagem a partir da nova economia institucional. **Rev. Agricultura**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 71-86, jan./jun. 2004